

# IMAGINÁRIO: UMA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA PARA OS ESTUDOS DE JORNALISMO

## *Imaginary: a theoretical and methodological contribution to the Journalism Studies*

Anelise Angeli De Carli\*

Ana Taís Martins Portanova Barros\*\*

### RESUMO

Este artigo apresenta uma introdução às metodologias e perspectivas da Escola de Grenoble no sentido de contribuir como abordagem para os Estudos de Jornalismo. Retomamos e descrevemos as principais definições da Teoria Geral do Imaginário de Gilbert Durand e realizamos um breve exercício de aproximação dessas compreensões com algumas práticas do campo jornalístico, mais especificamente, da produção noticiosa. Concluímos que resiste nas práticas jornalísticas a mobilização de conteúdos simbólicos, mesmo que os valores do campo, objetivamente, conduzam ao caminho contrário.

**Palavras-chave:** Imaginário. Jornalismo. Símbolo. Metodologia. Epistemologia.

\* Mestranda pelo PPGCOM/UFRGS. Bolsista da Capes. Integrante do Imaginalis – Grupo de Estudos sobre Comunicação e Imaginário (CNPq). Porto Alegre – RS. *E-mail:* <anelisedecarli@gmail.com>

\*\* Pós-Doutora em Filosofia da Imagem pela Université Jean Moulin/Lyon 3. Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. Porto Alegre – RS; *E-mail:* <anataismartins@hotmail.com>.

Revisão técnica e ortográfica: as autoras

Data da submissão: 18/dezembro/2014

Data da aprovação: 8/fevereiro/2015

### ABSTRACT

This article provides an introduction to the methodologies and theoretical perspectives of Imaginary Studies on Grenoble School, aiming to contribute as a possible approach for Journalism Studies. The journalistic field mobilizes specific beliefs about the relationship between narratives and real-life, and the same construction of reality is an important issue for the “trajectory of meaning”, as described by Gilbert Durand’s General Theory of Imaginary. Our approach uses mythocritic as a method. We study the news production as described by the journalism production routines and conclude that resists in journalistic practices the symbolic contents, even if its values objectively lead to the opposite direction.

**Keywords:** Imaginary. Journalism. Symbol. Methodology. Epistemology.

## 1 À luz dos léxicos

O tema construção da realidade através das narrativas sobre o real mobiliza tanto a prática jornalística quanto os Estudos do Imaginário. A construção de narrativas sobre o real, tarefa do Jornalismo, é operação realizada por sujeitos sobre os quais incidem coerções sociais e pulsões subjetivas. Para os Estudos do Imaginário, sob a perspectiva do antropólogo e filósofo francês Gilbert Durand (1995, 1997, 1998), o ajustamento entre essas duas forças resulta na formulação de imagens simbólicas que, posteriormente, passam por processo de racionalização e resultam em práticas culturais, num processo infinito e retroalimentado de fabricação de sentido. Na intenção de analisar o campo profissional do Jornalismo, focamos o momento da elaboração da notícia, conforme sistematizado por noções já tradicionais nos Estudos de Jornalismo.

Se, para a compreensão mais simples dos discursos, é necessário considerar o contexto da fala, no intuito de abordar certa perspectiva teórica, precisamos estabelecer critérios iniciais de compartilhamento de código. Para isso vamos rever algumas definições fundantes para os Estudos do Imaginário.

A dificuldade léxica começa com a palavra *imaginário*. Noção de forte característica centrífuga, pode designar diversas ideias concorrentes. Como explicou Jean-Jacques Wunenburger (2007, p. 8-9), o substantivo pode designar *mentalidade* (atitudes psicossociais e seus efeitos sobre o comportamento), *mitologia* (patrimônio de ficções das culturas), *ideologia* (explicações estereotipadas, discurso não narrativo), *ficção* e *temática*. É comum a palavra figurar não só no contexto acadêmico, mas também no uso frugal da mídia, designando “desde um sentido muito restrito, aquele

que equivale à quimera e se opõe ao real, até um sentido muito amplo, sinônimo de imaginação e/ou conjunto de coisas imaginadas”. (BARROS, 2010, p. 126).

Realizando um recenseamento das recentes produções acadêmicas na área de Comunicação, percebemos que o imaginário tem sido tratado nas pesquisas mais como um tema vasto do que como uma perspectiva. Na intenção de proporcionar maior clareza às opções epistemológicas dos Estudos do Imaginário,<sup>1</sup> em 1964, na primeira edição francesa do livro *A imaginação simbólica*, Durand já atentava para o reinado de uma extrema confusão sobre os termos relativos ao campo interdisciplinar do imaginário (1995, p. 7) – inclusive, por esse mesmo motivo, produziu tal obra, uma verdadeira retomada do vocabulário do simbolismo. Durand, para isso, toma noções de diferentes áreas do conhecimento e, num esforço de esclarecimento léxico, recorre à filosofia, epistemologia mesmo das ciências, para explicar-lhes o sentido requerido e, assim, fazer possível o *corpus* teórico de certa heurística. É por essa preocupação que a Escola de Grenoble – em divergência a outras compreensões do sistema imaginário – está ligada menos à sociologia, à psicologia, às artes e à linguística do que à própria filosofia da imagem.

Wunenburger (2007) alerta que foi a partir da popularização dos estudos da mente no século XX que a palavra *imaginação* ganhou descrédito ante os intelectuais e passou a ser substituída por *imaginário*. O estudo do mundo das imagens sobejou-se acima dos estudos sobre a imaginação, provocando um esquecimento das *imagens* como conceito além-visual e um declínio da psicologia filosófica. Significa dizer que a *imagem* da qual falam os Estudos do Imaginário são de cunho antropológico e, por assim dizer, complexo.

Durand (1995, p. 9-10) descreve a existência teórica de três níveis de imagem disponíveis à consciência humana: o *signo*, a alegoria e o símbolo. Esses níveis falam a respeito de um *pensamento indireto*. Durand divide a consciência humana, por fins exclusivamente pedagógicos, em duas maneiras de representar o mundo: *direta* (quando o *isso* está presente ou disponível à sensação) ou *indireta* (quando o sentido tem sua forma de expressão impossível de fazer encarnar-se em sensação, e a única percepção possível é a cognitiva). Neste segundo caso, a consciência *indireta*

<sup>1</sup> Os estudos pioneiros de mitocrítica, metodologia de aproximação inicial das imagens estão filiados institucionalmente ao Centro de Pesquisas do Imaginário, também conhecido por CRI (*Centre de Recherche sur l'Imaginaire*) nome antigo da Escola de Grenoble. (DURAND, 1998, p. 61). O CRI foi fundado em 1966 por Léon Cellier e Paul Deschamps. O centro foi refundado recentemente, em 2012, na Romênia, poucos meses antes da morte de Gilbert Durand. O nome agora se atualiza para CRI2i (*Centre de Recherches Internationales sur l'Imaginaire*), integrando um segundo *i* para o *internacional* e sendo presidido pelo filósofo Jean-Jacques Wunenburger. (IMAGINALIS, 2013).

(re)apresenta o sentido (o objeto ausente) através de uma *imagem*. No caso do *pensamento direto*, os signos descrevem arbitrários teóricos nominais:

Para significar o planeta Vênus, eu poderia também denominá-lo Carlos Magno, Pedro, Paulo ou Médor. Mas para significar Justiça ou a Verdade, o pensamento não pode abrir-se ao arbitrário, porque estes conceitos são menos evidentes do que aqueles que assentam em percepções objetivas. (DURAND, 1995, p. 9).

Quando o signo remete, então, para abstrações, estende-se o convite para a *imagem*, o *signo complexo* por excelência.

Esquemáticamente: o *signo* (arbitrário) indica uma realidade significada, ausente, mas apresentável, ou seja, descritível, resumível a um conceito. É o caso dos signos simples que fazem referência a ideias bem delimitáveis. Ainda, num segundo nível (ou abstração), a *alegoria*, ou *signo alegórico*, desempenha o papel de designar realidades reconhecíveis, mas dificilmente figuráveis numa estrutura única de apresentação. O recurso da expressão, então, é fazer figurar uma parte desse significado. Retomando o exemplo de Durand (1995, p. 9), a alegoria de Justiça, por exemplo, será a representação de uma espécie de narrativa (não somente textual) na qual um personagem seria punido ou absolvido, possivelmente rodeado de outros tipos menores de alegorias: *emblemas* que remetam à Justiça (cetros, gládios, balanças) ou mesmo exemplos narrativos que se refiram a essa mesma ideia (como narrações judiciais), *apólogos*. Na representação alegórica, o significado dirige-se a certo centro de sentido abstrato, mas se utiliza de elementos figurativos para explicar seu sentido complexo.

Num terceiro grau de imagem, está a *imaginação simbólica*. Quando parte alguma do significado é adequado à representação, significa que seu sentido é irsumível. Enquanto os *signos* (arbitrários e alegóricos) reconduzem o sentido desde uma figuração até o significado, o *símbolo* adiciona a essa recondução (representação) a aparição do sentido na forma mesmo do significante simbólico, o que se chama *epifania*. Para melhor ilustrar tais diferenças,<sup>2</sup> reproduzimos aqui parte do quadro com que Durand sintetizou as diferenças conceituais tomadas por seus estudos:

<sup>2</sup> É imperativa a referência a conceitos reconhecidos e anteriormente formulados sobre o mesmo tema, motivo pelo qual esclarecemos aqui algumas proximidades e divergências entre concepções utilizadas nos Estudos do Imaginário e na Semiótica Pragmaticista Peirceana. A alegoria é também para Peirce um tipo de signo complexo, um hipoicone, “pois sustenta um processo de concretização de um conceito abstrato que contém uma série de metáforas”. (LUNA, 2006, p. 49). Metáforas são também ícones, devido ao decisivo caráter de semelhança com que se relacionam com o objeto representado. No entanto, Barthes, em breve comentário sobre outras acepções parecidas com o signo saussuriano, esclarece: diferente de Peirce, para Jung, o símbolo estabelece entre o significante

**Quadro 1** – Os modos do conhecimento indireto [Trechos].

	O signo	A alegoria	O símbolo
<b>Significante</b>	Arbitrário	Não arbitrário	Não arbitrário
<b>Relação entre significante e significado</b>	Equivalência indicativa	Tradução (traduz economicamente o significado)	Epifania
<b>Significado</b>	Pode ser apreendido por outro processo de pensamento. Dado antes do significante.	Difícilmente captável por um meio direto. Dado antes do significante.	Nunca pode ser captado pelo pensamento direto. Nunca é dado fora do processo simbólico.

Fonte: Durand (1995, p. 17).

Essa recondução da epifania é nada menos do que a experiência numinosa, quando o símbolo não é representação de algo, mas a própria evocação (a existência epifânica) da presença da coisa referida. É com a ajuda desse entendimento que Durand explica a diferença entre a imagem da *representação* (direta ou indireta, signos) e da *apresentação*, a epifania da imaginação simbólica que mescla a representação a outras manifestações.

O psiquiatra e psicólogo Carl Gustav Jung toma emprestado o termo *numinoso* do teólogo alemão Rudolf Otto, que criou esse neologismo para falar sobre a experiência do sagrado como origem do fenômeno religioso, como explica Usarski (2004). O sagrado, a experiência epifânica, é uma possível *materialização* da imagem simbólica, é seu acontecimento, ou seja, Durand (1995) aponta que é através da faculdade simbólica que a consciência humana tem acesso a um sistema de virtualidades que é próprio de sua condição.

Falando sobre a psique pessoal, Jung avalia que, além do inconsciente formado por experiências e aquisições do próprio indivíduo, existe também uma camada mais profunda, o inconsciente coletivo. Ali estão conteúdos essencialmente “idênticos em todos os seres humanos [...] constituindo substrato psíquico comum”: os *arquétipos*. (JUNG, 2013, p. 12). Não tarda muito para que o próprio Jung, um empirista autodeclarado (JUNG, 2013, p. 83), afirme que é somente possível reconhecer a existência desses conteúdos se eles forem conscientizados, isto é, manifestados através da faculdade simbólica.

---

e o significado uma relação de valor existencial, mas a alegoria não possui essa mesma necessária relação de existência. (BARTHES, 2003, p. 40-41). Fica a ressalva de que a generosa lógica peirceana reconhece, dentre outras, uma diferença crucial entre signo e símbolo: o fato de que o primeiro não ultrapassa o significado do que representa, mas que o último não se limita a um significado restrito – característica singular da Teoria dos Signos que garante a manutenção de um caminho aberto para infinitas outras semioses.

Esse sistema de virtualidades é a maneira de se referir à “imagem original”, os arquétipos, “substantificações dos esquemas” que dinamizam os reflexos do nosso corpo e da mente, “esqueleto dinâmico da imaginação” – nas palavras de Durand (1997, p. 60).<sup>3</sup> Essa imagem das profundezas, Jung afirma que precisa estar em relação constante com manifestações perceptíveis. É assim que, para a psicologia analítica, o relato do sonho noturno e o próprio sonho comprovam a existência de arquétipos. (JUNG, 2013, p. 57).

A homologia entre diferentes imagens nos permite encontrar núcleos de sentido que remetem ao arquétipo ancestral. As provas dessa ancestralidade foram encontradas por Jung na semelhança dos relatos de sonhos de diferentes pacientes. Eles pareciam contar a mesma história, narrativas de mitos primitivos, elaborados por civilizações que se desconheciam. Aos poucos, essa diversidade de manifestações levou Jung a acreditar que, mais do que histórias do arcabouço cultural da humanidade, muitas delas falavam de arquétipos universais, como a Grande Mãe e suas inúmeras materializações diferenciadas. (JUNG, 2013, p. 84).

Nos escritos de Jung, há certa imprecisão vocabular, de modo que ele acaba muitas vezes usando símbolo como sinônimo de arquétipo. Durand faz a distinção e reserva a palavra *símbolo* exclusivamente para a materialização do arquétipo, para sua encarnação cultural. O que significa dizer que, para simbolizar, é preciso incluir a presença da imagem *lato sensu*, da experiência, pois somente o aspecto do vivenciado é que vai garantir o *sentido* de certo conteúdo.

## 2 Acesso às profundezas

Filósofo, epistemólogo e pensador engajado em sua própria heurística,<sup>4</sup> Gaston Bachelard preferia a linguagem ao sonho. Seu método para aproximação das imagens simbólicas sugere o uso da linguagem poética, devaneio consciente e proposital.<sup>5</sup> Podemos resumir suas propostas em duas definições suas bastante referenciadas: “O devaneio é então um pouco

<sup>3</sup> Durand alerta que não é da suposição junguiana do arquétipo que parte a Teoria Geral do Imaginário, mas da busca dos resultados empíricos da reflexologia russa. (1996, p. 151). Os “esquemas verbais” não são atualizações dos conteúdos substantivos dos arquétipos, mas ao contrário, são sua premissa. (DURAND, 1997, p. 479). Para Jung (2013), a origem do simbólico está no arquétipo. Durand (1997) adiciona um nível ainda mais ancestral, o *schème*, verbo encarnado, corpo em ação que engendra regimes de imagens simbólicas específicos.

<sup>4</sup> Ávido leitor da literatura francesa, Bachelard estudava e escrevia poesias, e seu objeto de análise não era somente um objeto de escrutínio, mas seu ponto de vista como forma e conteúdo para pensar sobre o estar-no-mundo. Apesar de ser considerado um dos mais importantes pensadores da epistemologia da ciência, não se considerava mais do que um “filósofo dos livros”. (BACHELARD, 2009).

de matéria noturna esquecida na claridade do dia” (2009, p. 10) e “A imagem só pode ser estudada pela imagem.” (2009, p. 52). O cientista Bachelard rechaçava a opção psicanalítica pelo sonho, pois que a produção de ciência – mesmo através de conteúdo simbólico – necessita de engajamento consciente por parte de seus investigadores.

Mas, apesar de diferenciar fortemente a dialética afetiva da racional e, inclusive, de lançar-lhes poderes de exclusão mútua, Bachelard pressupõe uma interdependência entre elas. Na intenção de complementar a investigação bachelardiana, Durand desenvolve um caminho epistemológico e metodológico para chegar a essas imagens simbólicas.

A mitocrítica é o método de levantamento dos núcleos de sentido presentes no texto. *Mito* é compreendido por esses estudos como um sistema organizador de símbolos. É um discurso composto por pequenas unidades semânticas (mitemas) que, no entanto, não funciona como outras narrativas quaisquer. A narrativa mítica envolve-se de pregnância simbólica (ativa a dinâmica do imaginário por trabalhar com o símbolo, aquele da epifania) e desobedece à lógica do discurso aristotélico, onde reina a relação-causa e efeito e o terceiro permanece excluído. (DURAND, 1998, p. 87). “Uma lógica que faz com que se mantenham juntos, se não as contradições, pelo menos os opostos.” (DURAND, 1996, p. 95). Para o mito, as antíteses não são inimigas, e a síntese nunca chega ou nunca interessa.

E qual é a razão do mito, local onde encontramos os sentidos dos símbolos organizados em discurso? A razão e o simbólico são irmãos, senão, por *coincidência de opostos*, possuem relação de pai e filho.<sup>6</sup> Conforme Durand, “não existe corte entre o racional e o imaginário, não sendo o racionalismo, entre outras coisas, mais do que uma estrutura polarizante particular do campo das imagens”. (1995, p. 75). O imaginário fala, portanto, de uma precedência da imagem ao conceito.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Enquanto o *rêve* de Jung seria compreendido em português como o masculino sonho, a *rêverie* bachelardiana estaria próxima de alguma palavra feminina como *sonhação*.

<sup>6</sup> Não são poucas, inclusive, as histórias míticas que confundem e/ou fazem coexistir relações de parentesco um tanto dúbias. Na mais antiga da história ocidental, Hesíodo (1995) explica características de Zeus *porque* Atenas as tem, e não o contrário, ou seja, é a história dos filhos que determina a dos pais.

<sup>7</sup> Utilizando-se das noções bachelardianas de fenomenotécnica e *homo faber*, os Estudos do Imaginário assumem a ação do homem como instauradora do mundo. Para Bachelard, a técnica fabrica o objeto (inclusive o científico, recortado pela teoria), tal como o homem ao colocar a mão no mundo retira-lhe o que é de seu interesse e fabrica novas matérias para preenchê-lo “de vida”. (DURAND, 1997, p. 41-42). Porque o gesto no mundo é instaurador da experiência, o verbo (*imagem*) antecede o conceito. Esse “esforço criativo” do qual fala Durand, estratégia inconsciente do homem para vencer as angústias inevitáveis, é o estopim para o exercício do simbólico, iniciando na consciência um primeiro grau de imagens.

As mitologias falam de um tempo outro, em que a ação dos filhos condiciona a dos pais, ou mesmo, o futuro determina o passado. (HESÍODO, 1995, p. 69). Se o tempo que passa é um tormento dos homens, esse não é um problema para os deuses. Aliás, o homem fabrica o mundo e, ao contar a história dos deuses, vai tentar impor-lhes também o imperativo do tempo: por isso as histórias precisam ser recontadas, e as imagens se repetem.

Para contemplar as infinitas inadequações do simbólico, os mitos vão encarnar em diferentes narrativas de diferentes formas, apesar de manter um núcleo de sentido. É assim que o mito – as narrativas mitológicas ou os variados discursos que apresentem mitemas (pregnância simbólica) – será o objeto teórico por excelência dos Estudos do Imaginário.

### 3 Exercício mitocrítico sobre os valores do Jornalismo

Nesse exercício mitocrítico, vamos nos ater a descrições suficientemente gerais das rotinas do trabalho noticioso. Nossa intenção é direcionar este artigo para uma análise de viés mais diacrônico, da mesma maneira com a qual tratamos o pensamento mítico. Utilizaremos-nos de investigações prévias dos Estudos de Jornalismo que, há pelo menos meio século, vêm descrevendo valores norteadores da prática. Para alguns estudiosos, a notícia é o objeto por definição dos Estudos de Jornalismo. (FRANCISCATO, 2013). Cabe ressaltar que a mitocrítica não pretende elaborar uma categorização dos mitos presentes no texto, mas encontrar algumas origens simbólicas nos mandamentos da notícia, para assim depreender suas consequências para o estado do imaginário contemporâneo.

A socióloga norte-americana Gaye Tuchman (1993) definiu a objetividade como um ritual estratégico para o campo do Jornalismo. Ela descreve como os jornalistas se protegem de possíveis riscos da profissão preservando certas rotinas de produção, descritas através dos chamados valores-notícia. O jornalista supõe um público e, com base nesse estereótipo, escolhe que fato parece verossímil o suficiente para se tornar conteúdo noticioso. O pesquisador português Nelson Traquina (2002) sintetizou os valores-notícia em seis grandes grupos: novidade, proximidade, notabilidade, inesperado, conflito, morte. Além disso, certos critérios também são adotados em relação à forma da notícia. O cuidado está principalmente em elaborar um texto conciso, coerente, utilizando-se de fatos suplementares como provas auxiliares para o que se está afirmando. Entre outros, esses valores-notícia de construção seriam relevância social, simplicidade, consonância, amplificação, personalização e dramatização. (TRAQUINA, 2002). O ritual

da objetividade descrito por Tuchman (1993) não é nada mais do que a reiteração, através de diferentes técnicas, do valor da objetividade, entendido como o próprio método de trabalho do Jornalismo. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

Todas essas estratégias validariam, ou descreveriam em técnicas, aquele que parece ser o valor fundante da prática jornalística, a objetividade – sendo o “código não escrito de princípios” pelo menos a imprensa moderna, afiliada da teoria democrática. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). A objetividade como critério ético não nasce com o Jornalismo. Sabe-se que a prática noticiosa iniciou antes como entretenimento em vez de propósito informativo, pelo menos segundo o pioneiro da crítica ao Jornalismo, no século XVII, o pesquisador alemão Tobias Peucer. (SOUSA, 2004; TAMBOSI, 2004).

A pesquisadora brasileira Liriam Sponholz (2009) caracteriza o Jornalismo como um tipo de processo de conhecimento híbrido entre ciência e senso comum. Para ela, o método do Jornalismo é o método da objetividade, quando a prática parece aproximar-se do modo de produção do método científico. No entanto, os dilemas do campo profissional circunscrevem-se nas condições de pesquisa (acesso a informações, questões organizacionais) e não nos desafios metafísicos que poderiam incitar a investigação científica. (2009, p. 179). Em compensação, mesmo habitando possibilidades distintas da ciência, o valor jornalístico da objetividade parece operar como uma bússola, indicando as intenções que devem nortear decisões e procedimentos.

Para Cremilda Medina (2008), o Jornalismo não escapou dos princípios doutrinários do positivismo. Toda uma metodologia operacional foi dogmatizada a fim de estabelecer critérios através dos quais as notícias poderiam ser fonte de informação confiável, e essa doutrina não está, mesmo, muito distante do método científico: “Elimina-se a vã erudição e se constrói um relato da ordem natural das coisas.” (2008, p. 25). Desde então, o ingrediente pragmático passou a marcar presença no cotidiano e nos pilares das redações. A intenção da produção noticiosa é informar no aspecto mais estéril do termo, oferecer uma narrativa, a mais denotativa possível, axioma sobre o qual não há dúvidas de constatação.

A finalidade de toda essa seleção e tratamento dos acontecimentos é a construção de uma “verdade funcional”. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 68). Fazendo a comparação com a narrativa mítica, forma característica da literatura da era ágrafa, relembremos que a lógica discursiva a que estamos acostumados hoje é afiliada dos dispositivos aristotélicos da síntese, que simplificaram os discursos na intenção de dar-lhes maior eficácia. Durand (1995) avalia que persiste uma forte rejeição do pensamento ocidental em

concordar que a imagem também é fonte de conhecimento. Ele aponta que “o racionalismo, aristotélico ou cartesiano, detém a imensa vantagem de se pretender universal” (1995, p. 29) e seu método de redução das arestas simbólicas alcança, no Ocidente, o triunfo. A retórica iconoclasta prescreve discursos explicativos, descritivos, com argumentação coerente e casuística. A razão ocidental nascida do Iluminismo europeu é tomada pela sociedade burguesa como chama-guia para o desenvolvimento da sociedade, e, nesse papel de esclarecedor do mundo, localiza-se o Jornalismo moderno.

Se for a produção simbólica que cria condições à nossa consciência para supor e compartilhar certa nuance denotativa da realidade (discurso lógico, na compreensão aristotélica), podemos investigar que motivações imagéticas estão por trás da narrativa jornalística. Podemos dizer, então, rapidamente, que a narração objetiva dos fatos nos conduz a uma mitologia da verdade, em que uma variedade de versões sobre a mesma história não interessa e somente uma, a mais razoável segundo os critérios de apuração, ganha o *status* de verdadeira, tal como o monoteísmo da razão cartesiana, que desvia o olhar do paganismo e da alquimia terrestre em nome da crença de que “só o céu é divino, e é ao solitário Urano que o politeísmo olímpico sucede”. (DURAND, 1997, p. 136). Desde o Olimpo, o olho uraniano a todos vê e avalia. Urano é o deus do céu na mitologia grega e nos vedas indianos. Ele é o princípio masculino, que fertiliza a Terra e engole seus filhos para impedir que um deles lhe tome o reinado. Urano sobrevoa toda a Terra, as montanhas, os mares, outros deuses da cosmogonia totalmente observados pelos olhos de cima: nada se esconde de deus. Como no tempo mítico as características dos filhos podem definir as dos pais, Urano carrega em si, apesar de sua magnitude, o princípio da infertilidade, pois é Afrodite, sua filha, quem vai iniciar, na mitologia grega, um novo modo de procriação, em que a cissiparidade dá lugar à dependência da união com o sexo oposto. (HESÍODO, 1995).

Se uma informação é *melhor* do que outra, significa que foi inserida afim de uma lógica de hierarquia, um símbolo da imagem simbólica da verticalidade. Os valores-notícia operam como métodos de distinção e de purificação entre o que deve, ou não deve, figurar nas dignas páginas de um jornal. A imagem simbólica da verticalidade convoca o esquema verbal da separação, cuja intenção da mão do homem é separar. Num ritual de redundância do mito, o homem, feito tal qual e à semelhança de deus, ou de Urano, desfia sua espada e, por conhecer o bem e o mal, afasta o joio do trigo e escolhe uma verdade para contar.

A relação de isomorfismo do ritual de objetividade com o olho uraniano nos revela uma estrutura de imagens simbólicas esquizomorfa. Nela, deus é deus porque esteve *contra* o mal. As divindades estão sempre

ameaçadas, e “a transcendência está sempre, portanto, armada”. (DURAND, 1997, p. 159). Os opostos são condição de existência para esse regime de imagens que opera tendo como centro de sentido o arquétipo da transcendência. A eleição de uma verdade mais razoável dos fatos faz do Jornalismo um fabricante de narrativas desprovidas de pregnância simbólica, pois tudo quanto é contraditório é excluído. O trabalho cria, portanto, produtos inférteis, pois cada notícia-filha precisa recorrer a outras para fertilizar-se, isto é, fazer sentido.

Os Estudos do Imaginário preocupam-se com a manifestação das imagens simbólicas. Encontrar esses simbolismos, ressonâncias arquetipais, nas práticas contemporâneas têm sido o maior desafio dos estudiosos do simbolismo. Se as comunicações atualizam histórica e culturalmente as possíveis manifestações simbólicas, o Jornalismo tem papel decisivo na elaboração contemporânea desse conjunto imagético. O jornalista é o profissional que, por conta e em nome de sua credibilidade, coloca a público compreensões sobre o mundo, nutrindo de conteúdos atualizantes que mobilizam o imaginário.

“Por acaso [...] vivemos atualmente [...] numa época em que se tornou impopular e até mesmo incompreensível supor que as ideias pudessem ser algo diverso de simples *nomina*”. (JUNG, 2013, p. 83, grifo nosso). O próprio Durand já falava de um iconoclasmo técnico-científico crescente, dificultando a abordagem do simbólico como categoria epistêmica. (1998, p. 31). Se Jung tinha algum receio em generalizar os dados de seus pacientes para toda a humanidade,<sup>8</sup> Durand encontra, no exagero da razão, o maior obstáculo para a compreensão fraterna entre os iguais. Qual seria a intenção máxima da Comunicação se não essa?<sup>9</sup>

Talvez esse entendimento ajude a explicar a adesão cada vez menor das novas gerações ao jornalismo tradicional (dentro de cujo modelo opera a imprensa hegemônica). Medina (2008) tensiona a utilidade real dessa lógica noticiosa. Para ela, é preciso retomar o valor simbólico de compartilhamento, que permite a inauguração da categoria *humanidade*. Medina (2008, p. 109), nesse sentido, propõe aos profissionais da Comunicação que se deixem afetar simbolicamente pelos acontecimentos, permitindo o contato com sentidos outros que não o intencionado: “O jornalista, o comunicador como agente cultural, ocupa um lugar

<sup>8</sup> “[...] como não sou filósofo e sim um empirista”. (JUNG, 2013, p. 83).

<sup>9</sup> Em adicional, nos resta ressaltar que, para Durand, a antropologia não é menos do que “o conjunto das ciências que estudam a espécie *homo sapiens* – sem se pôr limitações *a priori* e sem optar por uma ontologia psicológica que não passa de espiritualismo camuflado, ou uma ontologia culturalista que, geralmente, não é mais que uma máscara da atitude sociologista, uma e outra destas atitudes resolvendo-se em última análise num intelectualismo semiológico”. (DURAND, 1997, p. 40).

privilegiado na sociedade – não pode se contentar em exercer a função administrativa dos sentidos”, pois as Comunicações param de oferecer substrato simbólico ao imaginário à medida que se tornam burocráticas. A riqueza da Comunicação está no compartilhamento de uma pluralidade de sentidos e na disponibilização desse cabedal de conhecimentos e informações ao público.

O jornalista, ao contar suas histórias *para e sobre* o mundo, precisa lembrar que se as ações de comunicação pretendem colocar *em comum* quaisquer que sejam os sentidos, eles precisam ser vivenciados: adjetivo cuja manifestação em completude a razão permite somente quando trabalha em cooperação com o imaginário ativo. O simbolismo está impregnado de racionalidade, mas também a racionalidade está de simbolismos. A relação entre esses dois polos da consciência é estratégica e estruturante. Está visto que o trajeto de sentido é o que possibilita a contínua dinamização do conteúdo simbólico inconsciente. Uma produção que objetiva a leitura linear e não criativa desestimula a criação contínua do imaginário. Mas, se o canal de alimentação do inconsciente é boicotado pela mídia, os sujeitos não tardam a reagir e a procurar outras fontes de inspiração, ou ainda, a desenvolver novas maneiras de se relacionar com os conteúdos esvaziados da imprensa.

## Referências

- BACHELARD, Gaston. *A póstica do devaneio*. 3. ed. São Paulo: M. Fontes, 2009.
- BARROS, Ana Taís Martins Portanova. A saia de Marilyn: do arquétipo ao estereótipo nas imagens midiáticas. *E-Compós – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Brasília, v. 12, n. 1, jan./abr. 2009.
- BARROS, Ana Taís Martins Portanova. Comunicação e imaginário: uma proposta metodológica. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 125-143, jul./dez. 2010.
- BARROS, Ana Taís Martins Portanova. O imaginário e a hipostasia da Comunicação. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 13-29, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/558/pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2014.
- BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia das formas simbólicas II: o pensamento mítico*. São Paulo: M. Fontes, 2004.

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1995.

DURAND, Gilbert. *Campos do imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. São Paulo: M. Fontes, 1997.

DURAND, Gilbert. *O Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. As fronteiras do campo do Jornalismo: uma análise a partir da notícia como objeto de estudo. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 22., 2013, Salvador. *Anais...* Salvador, 2013. Disponível em: <[http://compos.org.br/data/biblioteca\\_2060.pdf](http://compos.org.br/data/biblioteca_2060.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2014.

HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.

IMAGINALIS. Centro de Pesquisas Internacionais sobre o Imaginário é proposto em Cluj-Napoca. *Imaginalis – Grupo de Estudos sobre Comunicação e Imaginário*, 2013. Disponível em: <[http://www.imaginalis.pro.br/noticias\\_detalhe.php?idEvento=6](http://www.imaginalis.pro.br/noticias_detalhe.php?idEvento=6)>. Acesso em: 9 ago. 2014.

JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração, 2003.

LUNA, Jayro Nogueira. *Teoria do neo-estruturalismo semiótico*. São Paulo: Vila Rica, 2006.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus, 2008.

SOUSA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 30-47, 2004.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular, 2009. (Série Jornalismo a Rigor, v. 4).

TAMBOSI, Orlando. Tobias Peucer e as origens do Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 48-59, 2004.

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo*. Lisboa: Quimera, 2002.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1993. p. 74-90.

USARSKI, Frank. Os enganos sobre o sagrado: uma síntese da crítica ao ramo "clássico" da fenomenologia da religião e seus conceitos-chave. *REVER – Revista de Estudos de Religião*. São Paulo, PUCSP, v. 4, n. 4, p.73-95, 2004. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2004/p\\_usarski.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2004/p_usarski.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2014.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. *O Imaginário*. São Paulo: Loyola, 2007.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. *Gaston Bachelard: poétique des images*. Paris: Mimésis, 2012.